



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**MARIA DE JESUS SOUZA DA CRUZ**

**CAUSAS DISCURSIVAS  
DOS MOVIMENTOS SEPARATISTA PRÓ-TOCANTINS NO SÉCULO XX**

Porto Nacional/TO  
2021

**MARIA DE JESUS SOUZA DA CRUZ**

**CAUSAS DISCURSIVAS  
DOS MOVIMENTOS SEPARATISTA PRÓ-TOCANTINS NO SÉCULOXX**

Artigo foi avaliada(o) e apresentada (o) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História, para obtenção do título de Licenciada em História e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador Prof. Drº George Leonardo Seabra Coelho

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C957c Cruz, Maria de Jesus Souza da .  
Causas Discursivas dos movimentos separatista Pró-Tocantins no século  
xx. / Maria de Jesus Souza da Cruz. – Porto Nacional, TO, 2021.  
24 f.  
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2021.  
Orientador: George Leonardo Seabra Coelho  
1. Movimento Separatista. 2. História do Tocantins. 3. Historia Regional.  
4. Discurso histórico . I. Título

**CDD 901**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**MARIA DE JESUS SOUZA DA CRUZ**

### **CAUSAS DISCURSIVAS**

### **DOS MOVIMENTOS SEPARATISTA PRÓ-TOCANTINS NO SÉCULO XX**

Artigo foi avaliada(o) e apresentada (o) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História para obtenção do título de Licenciada em História e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. (George Leonardo Seabra Coelho), UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> (Regina Célia Padovan), UFT

---

Prof. Dr. (Denilson Barbosa de Castro), UFT

Porto Nacional-TO

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por vencer essa etapa da minha vida. Ao meu pai que, apesar de tudo, nunca desistiu de mim pois sempre esteve ao meu lado e sempre acreditou que eu iria conseguir. E à minha mãe Ilasia e minhas irmãs Luziane, Ana Raquel e Camila. Amo muito vocês e obrigada por tudo. Aos meus tios Elzanira e Paulo pela acolhida, apoio, amor, carinho, parceria e atenção durante este percurso final de minha graduação, e à minha prima Aliny Samara que me ajudavam e ajudam no que podem.

Aos amigos que fiz em Porto Nacional, ao quais sempre me estendiam a mão nos momentos de precisão: Jacy, Larissa, Jô, Nayra Cristina: obrigada por serem minhas amigas/irmãs.

Às minhas amigas Sara, Dona Loni Napp, por toda acolhida e amizade. Quero sempre ter vocês presente em minha vida.

À Cristiane, apesar de não termos mais comunicação uma com a outra, mas eu a reconheço a importância que ela teve nessa minha caminhada. Por mais que estejamos em caminhos diferentes, mas temos uma história e isso com toda certeza não será, jamais, esquecido. Aos amigos que Universidade Federal do Tocantins-UFT me proporcionou: Tainara, Samara, Lucas, Abigail, Geruza. Saibam que o carinho que eu tenho por vocês é gigantesco, e obrigada pelos momentos de choro, de risos de superação! Obrigada por me ajudar e pela paciência. Obrigada por permitir eu estar presente na vida de vocês.

Agradecer ao pai do meu bebê, Nilson Giuvannucci Rosa, pela paciência, apoio e por acreditar em mim, eu amo você! Obrigada a avó do meu bebê Gleiva Giuvannucci, pelos conselhos, por me acolher e pelo incentivo. Eu sou muito grata por tudo. Aos meus professores que, pelos ensinamentos que, com toda certeza, contribuíram muito.

Agradecer de novo a Deus por ter me dado o melhor presente da minha vida, meu filho Ravi Cruz Giuvannucci, pois hoje posso dizer que eu sinto o maior amor do mundo. Obrigada, filho por ter me escolhido ser sua mãe, obrigada por me ensinar a ver a vida de outra forma. Tudo que eu mais quero é conquistar para oferecer o melhor para você! Eu te amo.

E agradecer ao meu orientador o Professor Doutor George Leonardo Seabra Coelho pela parceria, momentos de aprendizados e por fazer parte de minha formação acadêmica, principalmente na escrita deste artigo científico. Gratidão!

## RESUMO

Este trabalho busca compreender o processo de criação do estado do Tocantins, baseando-se no movimento separatista pró-Tocantins ocorrido no século XX, que resultou do desmembramento do norte do estado de Goiás, para a criação do novo estado brasileiro, no final da década de 80. Através dessa compreensão, percebe-se que a região do atual estado do Tocantins, viveu um longo período de abandono, falta de investimentos básicos e exploração econômica e social por aqueles que compuseram as representações políticas local/regional. De acordo com as várias leituras realizadas sobre o tema, foi possível perceber um período histórico regional de muito sofrimento e descaso administrativo das grandes oligarquias de Goiás para com a população do antigo norte goiano. Nesse contexto, justificam-se as ocorrências dos movimentos que exigiam a emancipação do mais novo Estado brasileiro. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo analisar os principais discursos dos grupos a favor contra ao intento do movimento que almejava a separação e legitimação do espaço do territorial, socioeconômico e cultural do povo do antigo norte goiano. Para tanto, reuniu-se registros contidos em jornais, artigos e outras referências bibliográficas que retratam a última fase do movimento separatista, ou seja, diversos documentos que delinearão e fortalecerão todo esse processo histórico do desmembramento da região norte de Goiás, que atualmente compreende o estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Movimento Separatista. História do Tocantins. Historia Regional. Discurso histórico.

## **ABSTRACT**

This work seeks to understand the process of creating the state of Tocantins, based on the pro-Tocantins separatist movement that occurred in the 20th century, which resulted from the dismemberment of the north of the state of Goiás, for the creation of the new Brazilian state, at the end of the decade. de 80. Through this understanding, it is clear that the region of the current state of Tocantins, lived a long period of neglect, lack of basic investments and economic and social exploitation by those who composed the local / regional political representations. According to the various readings carried out on the subject, it was possible to perceive a regional historical period of great suffering and administrative neglect by the great oligarchies of Goiás towards the population of the former north of Goiás. In this context, the occurrences of movements that demanded the emancipation of the newest Brazilian state are justified. In this way, the research aims to analyze the main speeches of the groups for and against the intent of the movement that aimed at the separation and legitimation of the territorial, socioeconomic and cultural space of the people of the former north of Goiás. To this end, records contained in newspapers, articles and other bibliographic references were collected that portray the last phase of the separatist movement, that is, several documents that outlined and strengthened this historical process of the dismemberment of the northern region of Goiás, which currently comprises the state of Tocantins.

**Keywords:** Separatist Movement. History of Tocantins. Regional History. Historical Speech.

## **LISTA DE SIGLAS**

CONORTE

Comissão de Estudos dos Problemas do Norte



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>MANIFESTAÇÕES SEPARATISTA PRÓ-TOCANTINS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>A Imprensa e a criação do Estado de Tocantins .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar as representações evidentes nos discursos dos movimentos separatistas da região norte do estado de Goiás, presentes nas mídias jornalísticas e outras fontes de representações bibliográficas que relatam o processo histórico da criação pró-Tocantins na década de 80.

Objetiva-se, de certa forma, mostrar as causas e os aspectos que nortearam os sentimentos de luta pela criação e emancipação do novo Estado. Neste cenário, torna-se importante analisar a conjuntura do movimento separatista pró-Tocantins para compreender e refletir sobre o processo de formação do movimento ao longo do século XX.

Para Bourdieu (1989, p.114), os sujeitos detentores do poder são aqueles que atuam no exercício da política, apropriando-se de bens culturais assim como da linguagem e da imagem, perante as classes menos favorecidas com o objetivo de incutir nelas uma identidade e exercer seu poder simbólico. Diante disso, justifica-se a luta pelo desmembramento da região norte de Goiás, que atualmente compreende o estado do Tocantins.

Através da análise realizada, pressupõe-se que os representantes que defendiam as causas do movimento separatista procuravam certificar as reivindicações do movimento, além de criar uma identidade para este por meio de suposição de apropriação da vontade da sociedade que representavam. Para tanto, havia uma tentativa de produzir uma unidade federativa a essa coletividade que sonhavam com o desmembramento da região norte do estado de Goiás.

Ao analisar-se a atuação política dos separatistas nortenses, observa-se nas literaturas consultadas, comentários de alguns pesquisadores tais como Oliveira et al. (2013), Souza et al. (2014) e Martins (2009) que, no Brasil, o federalismo foi sendo instituído com base nos seus próprios arranjos político-institucionais.

Nessa expectativa, um desses arranjos político-institucionais culminou-se em 1988, com a promulgação da atual Constituição brasileira, a instituição do mais novo dos estados brasileiros, o estado do Tocantins. Acontecimento ocorrido resultado do artigo 13º a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Na ocasião, o Estado foi criado por meio do desmembramento da região norte do estado de Goiás.

No ano seguinte, em 1º de janeiro de 1989, foi instalado o estado do Tocantins e automaticamente foram empossados: o governador, José Wilson Siqueira Campos; seu vice, Darci Martins Coelho; os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya; 8 deputados federais e 24 deputados estaduais.

Na posse, o governador assinou decretos que viabilizariam o funcionamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário permitindo, assim, o funcionamento legal, político e social do novo Estado. Desse modo, dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada também a primeira Constituição do estado do Tocantins, nos moldes da Constituição Federal (CAVALCANTE, 2003).

Posto isto, o trabalho está organizado em sessões, os quais abordam um pouco da história do movimento separatista, nas décadas e segunda metade do século XX. Nela apresenta-se um resultado da compreensão analisados discursos dos principais atores envolvidos no processo de luta e autonomia da região utilizando-se como fontes informações bibliográficas teóricas sobre o tema, reportagens feitas por jornais da época e o destaque de atuação do Deputado Federal Siqueira Campos, considerado, pela maioria dos pesquisadores: Lucas Bittencourt Lima(2008)e Samuel Ribeiro Gonçalves( 2015), como principal sujeito, isto é, o "criador" da criação do mais novo Estado brasileiro.

Seguindo essa premissa, procurou-se, com base no material teórico pesquisado (na internet e fontes jornalísticas de artigos publicados sobre a história de criação do Tocantins em tempo determinante), compreender a abrangência contextual dos discursos dos representantes profundamente, no movimento separatista como também, nas reportagens que apresentavam informações sobre a atuação dos mesmos no decorrer do processo de luta e criação do estado do Tocantins.

Diante do exposto acima, entende-se que o desejo social separatista nunca cessou, sendo administrado por novas gerações que continuava lutando pela causa da divisão regional, através dos meios de comunicação até 1988, quando finalmente atinge o objetivo do movimento que era o desmembramento da região norte do estado de Goiás, a qual recebeu o nome de Tocantins.

Por fim, nas considerações finais, são apresentados os resultados a respeito do material teórico utilizado para análise e compreensão sobre as reivindicações culturais, econômicas, políticas e sociais do povo nortense do estado de Goiás.

## 2 MANIFESTAÇÕES SEPARATISTA PRÓ- TOCANTINS

Diante das leituras e análises da historiografia que aborda os artigos sobre o Movimento Separatista do Tocantins, além da análise das Reportagens dos Jornais a Folha de São Paulo e o Popular na Década de 1980, compreende-se o movimento separatista Pró- Tocantins por divisão territorial do Estado de Goiás no século XX o movimento de criação do estado do Tocantins. Segundo Ribeiro, (2015), e Bittencout (2008), percebem-se que as discussões apresentadas em torno do desmembramento da região norte do estado de Goiás divisão ocorreram desde o século XIX e no decorrer do século XX.

Segundo Souza (2011, p. 5), há um sistema de governo federativo, chamado federalismo em que os poderes públicos regionais, conhecidos como estados ou membros federados, possuem autonomia de governo, pertencendo a uma soberania nacional que é o conjunto de todos os entes federados.

Para o pesquisador, desde 1823, quando aconteceu a primeira Assembleia Constituinte do Brasil, já existia ideias sobre este sistema federativo, mas, o que prevalecia historicamente, era a centralização de um poder soberano. Desse modo, observa-se que só, no período republicano, com a Proclamação da República em 1889, foi possível conseguir a descentralização política, isto é, definir os interesses regionais, Souza, (2011, p.5).

Nessa construção política e social, observa-se que nos primeiros anos de república no plano regional, a imprensa local apresentava as intenções separatistas do norte goiano denunciando o descaso e abandono administrativo que se encontrava àquela região. Com relação à economia da mineração das minas dos Goyazes, percebia-se uma grande injustiça administrada internamente, entre a região norte e a região sul do estado de Goiás, pois de acordo com informações obtidas através das leituras, era cobrado um imposto com valor mais alto para a região norte, em comparação com a região sul.

Nesse contexto, Cavalcante (2003), nos apresenta uma discussão em favor da autonomia do estado do Tocantins. Para a autora, a revolta da população nortista tende aumentar a cada momento. Segundo o mesmo autor, uma vez que as condições de isolamento aparecem aliadas à discriminação fiscal, tal situação contribuiu para que os adeptos aos movimentos separatistas aumentassem naquele local.

Segundo Cavalcante (1999, p. 90), no início século XX, a região norte realmente era abandonada e a única cidade que possuía algum representante no poder legislativo era Porto Nacional, porém esses representantes locais não demonstravam interesse pelo desmembramento da região norte do estado de Goiás, pois os mesmos tinham medo de perder os vínculos estatais que mantinham com as oligarquias do centro-sul. No mesmo sentido, a autora relata também, que os representantes políticos de Goiás, nas discussões a favor da separação da região norte, argumentavam que a região não tinha condições suficientes para se auto- sustentar

(CAVALCANTE, 1999, p.90).

Mesmo assim, as declarações separatistas se mantiveram firmes e centralizadas na cidade de Porto Nacional como palco dessas manifestações, pois esta cidade ocupava uma posição de destaque na economia local e influência na região norte, devido ao vínculo comercial com Belém através do Rio Tocantins e, também por sua posição política, era a única cidade da região que tinha representantes na legislatura, tanto no estadual como federal.

Todavia, à causa separatista não importava a oligarquia local uma vez que essa cidade detinha interesse na unidade do estado como forma de manter os acordos com as autoridades do centro-sul e assim, manter o domínio político local. Esses fatores foram cruciais para dificultar a adesão política específica na causa separatista, pois colocavam em risco os interesses dos líderes da região (CAVALCANTE, 1999, p.90).

Diante de tanta precariedade, percebe-se que muitos habitantes daquela região abandonavam suas terras e se deslocavam para outras regiões do país em busca de melhores condições e empregos, na tentativa de ter uma vida mais digna. E, com isso, a região se constituía em um imenso espaço geográfico vazio, demograficamente.

Naquele cenário, percebe-se que as formas de domínio exercidas pelos grupos políticos representavam uma ideologia que mascarava as realidades sociais vividas pelos habitantes do norte goiano e com isso, as questões sociais não eram expostas para serem discutidas. Desse modo, os habitantes nortistas ficavam isolados, abandonados e sem perspectivas de melhores condições de vida, caso se mantivesse vinculados ao governo de Goiás. Assim, os representantes políticos sempre tentavam enfraquecer os desejos autonomistas da população nortense, enquanto a mensagem oposicionista visava debilitar o movimento, com um discurso negativo de que a libertação da região agravaria ainda mais os problemas sociais da região norte (CAVALCANTE 1999, p. 85-86).

Considerando-se os fatos recentes, percebe-se que, segundo Cavalcante (1999, p.103), o movimento separatista sofreu avanços e recuos, em razão das disputas políticas regionais, bem como dos discursos demagógicos dos candidatos que prometiam resolver os problemas

do norte, mas, depois de eleitos, não cumpriam o que prometiam. Consequentemente, as expectativas autonomistas cresciam a cada ano sendo que, com a criação e integração de novos grupos sociais, os sentimentos de luta pela criação do novo estado tornaram-se ainda mais fortes.

Deste modo, observa-se que o movimento separatista foi marcado pelo jogo de poder entre as forças políticas que colocavam-se como representantes da causa e dos contrários. No entanto, a população manteve-se por um longo tempo na expectativa de que houvesse uma mudança no quadro social ao qual estava inserida.

Segundo Cavalcante (1999, p. 119), percebe-se que a tomada de poder realizada pelos militares foi, sem dúvida, um dos maiores ataques à democracia brasileira no século XX e que suas consequências foram desastrosas para a população da época. Assim, é oportuno destacar que as forças militares brasileiras tinham importantes estudos sobre a temática de redivisão do território

brasileiro como forma de estratégia para uma organização territorial e garantir a integridade e a segurança nacional. Em alguns desses estudos, o general Almeida Freitas, defendia que

“[...] a divisão da Amazônia em vários territórios e a sua ocupação por brasileiros [...] mostra ao mundo que somos capazes de ocupar integralmente nosso território e colonizá-lo sem a falácia perigosa da cooperação internacional [...] um golpe decisivo no incongruente regionalismo incentivador de pequenas pátrias, sem expressão, em detrimento de grande nação brasileira”, (Jornal O Popular, 9 de novembro de 1966).

Nessa defesa é notório que a causa procriação do estado do Tocantins foi retomada de diversas formas da década de 70 percorrendo até a década de 80, tendo como foco principal outros fatores que contribuíram para o resgate do assunto separatista.

Com isso, contempla-se a recuperação do processo de redemocratização nacional através de eleições diretas para governadores em 1982, a campanha das Diretas já em 1984 e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987.

Desse modo, os intelectuais do centro-sul goiano elevaram o discurso em defesa dos interesses da população nortense de Goiás. Com isso, fundaram a CONORTE (Comissão de Estudos do Norte Goiano) cujo objetivo foi de conscientizar e apresentar estudos à população do norte goiano sobre suas necessidades e potencialidades políticas, econômicas e sociais.

Nessa conjuntura, a atuação do deputado Siqueira Campos em debates com outros representantes locais, tornou-se um dos defensores da luta em prol da causa separatista do norte goiano. Nessa conjuntura alguns projetos de leis foram elaborados pelo deputado em colaboração com outros parlamentares os quais apresentavam em seus conteúdos a criação do estado do Tocantins. Mas foram vetados por Senadores e pelo Presidente da República sobre alegação de que uma nova unidade federativa geraria em tributos para a União e que a criação de um novo estado não seria oportuna naquele momento, pois não possuía receita, isto é, recursos financeiros suficientes para se manter economicamente, (CAVALCANTE 2003,p.132). Mesmo assim, a luta não parava, pois foram realizadas muitas discussões e estudos sobre os impactos positivos que o desmembramento da região norte poderia trazer para a população local.

Nesses debates, precisamente em 1985, surge o projeto de criação do estado do Tocantins de autoria do deputado federal Siqueira Campos, o qual foi para votação no Congresso Nacional e obteve a sua aprovação. Porém, o presidente da República, José Sarney, acabou o vetando sob alegação de que seria desnecessário, em virtude do momento econômico o qual o país passava.

Diante desses vetos, percebe-se que a CONORTE aproveitou o momento para se discutir sobre o tema durante a Assembleia Nacional Constituinte em que cuja, discussões dos representantes dessa Comissão, demonstravam que a questão da separação do Tocantins já estava penetrada na consciência do povo nortense. Com isso, Oliveira (1998, p.88), afirma que:

O movimento já teria adquirido uma legitimidade histórica que lhe conferia uma certa liberdade de ação quanto a questão da autonomia daquela região. Nesse aspecto, restaria apenas buscar sua institucionalização através da ação constitucional (OLIVEIRA, 1998, p.88).

Diante o exposto, percebe-se que as técnicas usadas pela CONORTE consistiam na realização de debates, conferências, palestras, seminários, comícios, com o objetivo de conscientizar a população nortense sobre os recursos econômicos e sociais que a região possuía, os quais, demonstrava as possibilidades para o desenvolvimento capitalista do Brasil, garantindo a capacidade de um novo estado ser administrado com seus próprios recursos, (CAVALCANTE, 2003, p.131).

Nesse contexto, segundo a autora, observa-se que os discursos dos representantes da CONORTE apresentavam a memória das lutas separatistas passadas de modo a provocar uma reflexão em todos os grupos sociais sobre as condições economicamente desfavorecidas em que a população vivia gerada pelo descaso e à discriminação histórica que a região sofria. Além disso, percebia-se também através da declaração de um dos componentes da CONORTE, publicada pelo Jornal O Popular, em que dizia que a memória do passado ainda se faz presente:

O sonho libertário da gente tocantinense brotou antes do populismo e do fisiologismo de falsos políticos que infestam hoje nossa região. Surgiu com naturalidade do idealismo de pioneiros como o ouvidor Teotônio Segurado, que, há 180 anos, via na emancipação político-administrativa a maneira mais eficaz de fazer a região superar seu secular atraso e isolamento. Esses pioneiros se conscientizaram de que a superação do atraso do norte goiano se seria possível se os tocantinenses assumissem seu próprio destino, longe da tutela dos governos de Goiás que só têm olhos para a região durante as campanhas eleitorais (O POPULAR, 01/07/1984 apud OLIVEIRA, 1998, p. 36)

Vale ressaltar que Pesavento (2003, p. 22) corrobora com a declaração de Pierre Bourdieu (1989) ao considerar que, as representações apresentadas socialmente inserem-se numa forma de governo que estabelece semelhança do real para dar credibilidade, e não verdades.

As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor à sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais, (PESAVENTO, 2003, p. 22)

Ao analisar os dizeres citados, percebe-se que a CONORTE estabeleceu uma nova estratégia de propagar o movimento separatista o que na opinião dos intelectuais da Companhia, o novo procedimento seria de divulgarmensagens de combate aos discursos pessimistas da oposição que diziam que a região não tinha condições suficientes de se auto sustentar. Com isso, a

CONORTE passou a divulgar os grandes resultados das safras do plantio de grãos produzidos na região.

Desse modo, os componentes da CONORTE procuravam provar aos grupos opositores que a região teria condições economicamente, de se autogerir. Desse modo, acreditava-se que as oligarquias políticas se movessem e acreditassem na importância da criação do estado do Tocantins.

Nesse contorno, evidencia-se que na interpretação da CONORTE, a criação do estado do Tocantins traria melhorias tanto para os produtores e empresários, como para as indústrias ligadas ao ramo do agronegócio que possam investir na região. Com isso, um grande problema social seria solucionado, pois os habitantes nortenses teriam melhores condições de vida, uma vez que a mão de obra local seria aproveitada, sem ser deslocada para outras áreas, (CONORTE, 1984, p. 8). Para isso, observa-se uma posição determinista da Comissão em obter, a todo custo, o apoio dos parlamentares para garantir na Assembleia Nacional Constituinte, a validação da criação do estado do Tocantins.

Segundo Oliveira (1998, p. 87), no ano de 1987, os representantes da CONORTE apresentaram à Assembleia Constituinte uma emenda popular, contendo assinaturas da maioria dos habitantes que demonstravam a favor do desmembramento da região norte de Goiás. Nessa oportunidade, foi criada a União Tocantinense com o apoio de diversos representantes partidários e do próprio governador goiano, Henrique Santilho, o qual disponibilizou parte da máquina governamental local para atender às reivindicações da CONORTE e de lideranças políticas comprometidas na defesa da criação do Estado do Tocantins. Além dessa união, foi criado também, o Comitê Procriação do Estado do Tocantins, o qual tinha como objetivo articular relevantes adesões para fortalecer a causa separatista.

Nesse sentido, Oliveira (1998, p. 89) afirma que a maioria dos representantes partidários manteve seu apoio à emancipação da região norte, mesmo sabendo da retirada da emenda popular do processo de votação, nas Comissões Temáticas e de Sistematização:

a Comissão de Sistematização tinha amplos poderes para manter ou retirar o que havia sido redigido pelas comissões temáticas. Nesse sentido, esgotada a tarefa das comissões temáticas, era a Comissão de Sistematização que acompanharia o processo da autodeterminação política do Tocantins até a redação e aprovação final.

As instituições da sociedade civil e representantes políticos que não concordavam com as independências das regiões que lutavam pela autonomia, justificavam que o país atravessava séria crise econômica e que as divisões territoriais iriam sobrecarregar as contas do governo federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/04/1985).

Para Oliveira (1998, p. 100), a CONORTE continuou firme no seu projeto de criação do estado do Tocantins, pois seus sábios representantes defendiam os anseios da população nortense, a qual sonhava pela aprovação da criação do seu estado. A autora acrescenta na sua análise, a



afirmação de que nas duas regiões, norte e centro-sul, se “fortaleceria a capacidade reivindicatória dos dois estados, posto que a soma dos representantes políticos de Goiás e do Tocantins significará o fortalecimento da bancada regional no cenário político nacional”.

Nesse sentido, Oliveira (1998,) chama-nos a atenção para uma das etapas marcantes da atuação da CONORTE, a qual foi à atitude de se comportar contra a ameaça do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, de excluir do seu relatório final o projeto de criação do estado do Tocantins.

Considerando-se os fatos, percebe-se que, em 30 de setembro de 1987, foram ocorridas diversas concentrações populares nas maiores cidades da região, com a participação da sociedade local, as quais tinham como foco o lançamento do monumento à autonomia do Estado do Tocantins.

Nesse processo de desmembramento da região norte do estado de Goiás, observa-se a luta incansável das lideranças do movimento, as quais se destacaram os componentes da CONORTE e o deputado federal Siqueira Campos. Batalha que teve resultado positivo, na Subcomissão dos

Estados da Assembleia Nacional Constituinte, onde obteve, dos 41 deputados da Câmara Legislativa Goiana, o apoio para o projeto de criação do estado do Tocantins.

Enfim, com desfecho vitorioso, em 05 de outubro de 1988, as atividades das lideranças que lutaram pela emancipação da região nortense chegavam a um resultado desejado, expresso no artigo 13 das Disposições Transitórias da Nova Constituição. A criação do estado do Tocantins foi aprovada. Sua legitimação ocorreu com a promulgação da nova Carta Magna, em 05 de outubro de 1988.

## **2.1 A Imprensa e a Criação do Estado do Tocantins**

Nos últimos anos do movimento separatista pro-criação do estado do Tocantins, foi considerada como fonte de pesquisas extratos de reportagens extraídos da Folha de São Paulo e “O Popular”, do estado de Goiás, pois sabe-se que os mesmos cobriram os principais fatos relacionados à divisão do estado de Goiás, assim como as atuações dos principais sujeitos que participaram do processo de criação e emancipação do Tocantins. Foram analisadas as representações presentes nas reportagens dos jornais, as quais refere-se ao conjunto dos fatos relacionados ao processo do desmembramento da região nortede Goiás no período de janeiro de 1983 até o último dia do ano de 1988.

Como já discutido anteriormente, percebe-se que a autonomia do estado do Tocantins, promulgada em 1988, consolidou a vitória de uma população que tinha vários representantes que defendiam a causa separatista. Entre eles destacaram alguns atores, como a CONORTE e o deputado federal Siqueira Campos, que acabou sendo considerado “O Pai da Criança”, isto é, o novo Estado, pelo grupo que ele representava.

No decorrer da pesquisa, identificou-se que no processo de luta e criação do Tocantins foram

encontradas fortes oposições, principalmente por parte dos políticos goianos que estavam ligados aos interesses das oligarquias instaladas no centro sul de Goiás. Porém, as lideranças nortistas do movimento, entendiam que a única solução para solucionar o descaso vivenciado pela população regionallocal, no decorrer dos anos, seria a criação do seu próprio Estado.

Para tanto, evidencia-se que a imprensa foi um meio de comunicação presente em boa parte do processo, pois observa-se que, durante aquele período, foram divulgadas as notícias referentes ao movimento, tanto na regional local como no âmbito nacional. Assim (“BOURDIEU apud CORREA, 2013” “.), afirmou que o material jornalístico permite-nos perceber a ação dos jornais na construção de representações sobre os fatos” (BOURDIEU apud CORREA, 2013, pp. 164 e 170).

Nessa divergência, diversas reportagens trataram da questão do movimento separatista da região nortense de Goiás, porém as manifestações das mensagens do jornal paulista não demonstravam ser totalmente contrário ao movimento separatista, mas apresentavam discurso contra as representações anteriores, como o do senador Hugo Borges (PMDB-GO), opositor a divisão do estado de Goiás, o qual declarou que o novo Estado terá apenas 6,47% do PIB (Produto Interno Bruto) de Goiás. Desse modo, “a reportagem afirma que o novo estado ficará por muitos anos dependendo de recursos da União”. (FOLHA DE S. PAULO, 18/03/1985, p. 4)

Além deste fato, na mesma página da reportagem, o senador Saturnino Braga (PDT- RJ), embora fosse favorável ao projeto de criação do estado do Tocantins, declarou que o prejuízo causado aos cofres do governo federal com criação do estado do Tocantins chegaria a bilhões de cruzeiros e com isso, considerava não ser justo que a dívida de Goiás fosse assumida pela União e repassada aos demais estados como, estabelece a lei que cria o novo Estado (FOLHA DE S. PAULO, 18/03/1985, p. 4).

atender às despesas preliminares com a instalação do governo do Estado de Tocantins”. O senador chamou a atenção para outro problema com implantação do novo estado, o que desta feita atingiria os outros estados da federação, “toda a dívida externa contraída por Goiás, seria transferida para a responsabilidade do governo federal, ou seja, e repartida pelas demais unidades da federação. (FOLHA DE S. PAULO, 18/03/1985, p. 4)

Diante do descontentamento de alguns políticos goianos por não ocuparem vagas na câmara federal de Tancredo Neves, o jornalista Washington Novaes descrevia numa linguagem irônica, a qual demonstrava que a solução seria a criação do estado do Tocantins, para debilitar os ânimos dos representantes goianos:

É possível que o preenchimento das outras cem vagas federais no Estado possa aplinar algumas arestas. Mas também é possível que a sucessão se complique (para governador nas eleições 1986). De qualquer forma, como os pretendentes são muitos, talvez uma parte dos problemas só se resolva mesmo criando o Estado do Tocantins, que mataria vários coelhos de uma vez. Satisfaria o Norte do Estado de Goiás, que sempre se considerou preterido e abandonado.

Transformaria Goiás num Estado quase rico, pois os problemas maiores ficariam com o Norte. E criaria algumas centenas de cargos para satisfazer a classe política. (FOLHA DE S. PAULO, 12/03/1985,p. 2).

Dias depois, a Folha se antecipou ao publicar que o vice-presidente, José Sarney, no exercício do mandato de presidente, como substituto de Tancredo Neves que estava internado, sancionaria a Lei Complementar que criaria o estado do Tocantins:

Tudo indica que o presidente José Sarney não se oporá à criação do Estado - 24º da Federação. A fim de representar um compromisso de Tancredo, a divisão de Goiás é reivindicada pelo próprio governador Íris Resende; por 40 dos 42 deputados estaduais goianos; pela totalidade da bancada federal. A única liderança política a condenar o Estado de Tocantins é o senador Hugo Borges (PMBD-GO)". (FOLHA DE S. PAULO, 28/03/1985, p. 14).

Como resposta, a Folha publicou uma matéria, em que o senador Benedito Ferreira (PDS-GO) respondia acerca das ideias pessimistas que flutuavam em torno da criação do estado do Tocantins:

não concorda com o raciocínio de que o Estado do Tocantins venha a ser um fardo pesado para a União e os demais estados e adianta uma previsão.<sup>43</sup> "Se o governo não atrapalhar, seremos o sétimo ou oitavo maior estado dentro de poucos anos". Ele acredita que as produções agrícola e pecuária poder ser multiplicadas com uma nova mentalidade... (FOLHA DE S. PAULO, 29/03/1985, p. 8).

Ao analisar o teor da narrativa jornalística, entende-se que há um desejo de autonomia territorial e acredita-se numa ação condicional do governo que possa ser favorável à separação de Goiás. Mas observa-se que isso não foi possível, pois em reportagem da Folha de S. Paulo de 02/04/85, tem-se uma foto de Sarney juntamente com jornalistas, na residência oficial do vice-presidente e uma narrativa que dizia:

o presidente José Sarney, 54, vice em exercício, disse ontem que vetará o projeto de lei já aprovado no Congresso que cria o Estado do Tocantins, com o desmembramento de Goiás (...) Sarney justificou seu gesto com argumento de que ninguém provou, até hoje, a quem interessa dividir o Estado de Goiás (FOLHA DE S. PAULO, 02/04/1985, p. 6).

Diante da justificativa de Sarney, é importante dar destaque para a falta de coerência do jornal paulista nas suas reportagens como já visto acima pois o jornalista Newton Rodrigues ao comentar sobre o projeto do senador Benedito Ferreira, criticava a falta de uma consulta popular, para saber se a população era a favor da emancipação, porém, o jornalista Washington Novaes argumentou o seguinte, na coluna "Brasil Central":

O veto ao Estado do Tocantins agregará a tudo isso o descontentamento da população do norte de Goiás, que unanimemente (grifo meu) deseja a criação do novo Estado. Os argumentos contra a criação parecem fracos. Alegam-se problemas financeiros, na hora em trilhões são destinados ao pagamento de capitais de riscos nacionais e estrangeiros, nos bancos liquidados. Alega-se que o novo Estado poderá ser um reduto da direita... (FOLHA DE S. PAULO, 10/12/1985, p. 3).

Na sequência editorial, foi postada a indignação do deputado Siqueira Campos, que iniciou uma greve de fome, em protesto ao veto do presidente da república. Pois, entende-se que essa manifestação tinha como foco sensibilizar as autoridades políticas, assim como a opinião pública.

Fato inédito no Congresso, o deputado goiano Siqueira Campos, do PDS, entrou em greve de fome na tarde de ontem, em protesto contra o veto presidencial ao projeto do senador Benedito Ferreira (PDS-GO), que criava Estado do Tocantins. Siqueira disse aos repórteres, repetidas vezes, que “essa é uma decisão sem retorno” ... (FOLHA DE S. PAULO, 10/12/1985, p.6).

Segundo a edição paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 1985) a determinação do parlamentar atingiu o seu objetivo, pois os representantes do partido político, do qual Siqueira Campos fazia parte, (PDS) foram harmônicos na manifestação de solidariedade por sua luta pela criação do estado do Tocantins. Do mesmo modo, o presidente da república comprometeu-se a criar urgentemente a Comissão de Revisão Territorial sendo que, pelo menos, dois representantes seriam indicados pelo deputado Siqueira Campos.

Ao analisar os estudos da Comissão de Redivisão Territorial, Cavalcante (2003, p. 137), considera a proposta apresentada como uma transformação da região norte de Goiás em um novo espaço territorial. Assim, a autora acredita que nesse novo Território surgia-se a oportunidade de nomear um governador, instalar Tribunais de Justiça, de Contas e Eleitoral, além da Assembleia Legislativa federal e estadual. Nesse contexto, observa-se que autora defendia a posição do deputado Siqueira Campos como relator da Subcomissão dos Estados, o qual afirmava através da imprensa, que havia colhido mais de sessenta mil assinaturas no norte de Goiás, em favor do projeto de criação do novo estado, (CAVALCANTE, 2003, pp. 138-139).

Além disso, em de junho de 1988, o jornalista Ricardo Amaral, apresenta-nos uma matéria intitulada: Criação do Estado de Tocantins, considerada como uma das maiores reportagens da Folha sobre a criação do Estado do Tocantins desde quando ela começou a cobrir o movimento separatista da região norte de Goiás. Esse destaque tinha como finalidade a concretização do projeto do novo Estado. Segundo Ricardo Amaral,

Por decisão do Congresso constituinte, até o final do ano, pouco mais de 350 mil eleitores de 80 municípios goianos vão oficializar, em plebiscito, a criação do Estado do Tocantins. O 24º e mais pobre Estado da Federação nasce com a marca da União Democrática Ruralista, a mais poderosa organização no território de 286,706 quilômetros quadrados acima do paralelo 12. (FOLHA DE S. PAULO, Política, 27/06/1988. p. A-5).

Para Oliveira (1998, p.108), nessa última fase da Constituinte, “as alianças, os compromissos, o trabalho constitucional e a ação parlamentar (em especial a do constituinte Siqueira Campos) fatores importantes” para o desfecho positivo da criação do Estado do Tocantins. No entanto, percebe-se que não foi preciso um plebiscito para a população dizer sim ou não ao desmembramento da região norte do atual Estado de Goiás, pois em 04 de outubro de 1988 após tramitar pela Assembleia Nacional Constituinte, foi promulgada a criação do Estado do Tocantins.

Contudo, no Art. 13, onde estava definida a criação do Estado do Tocantins e de acordo com §3º, o a critério do Tribunal Superior Eleitoral seriam eleitos, em um único turno, os cargos Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988.

Do mesmo modo, a aprovação do Projeto da Nova Constituição, em 27 de julho de 1988, o estado do Tocantins foi legitimado na Carta Constitucional:

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. § 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. § 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.

Nessa legitimação constitucional, nasce o novo estado federativo, o Tocantins criado pelo décimo terceiro artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 (BRASIL; 1987; 1988) para concretização de um sonho da população nortense de Goiás. Nesse ensejo, no dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Tocantins, feita nos moldes da Constituição Federal.

Na época de sua criação, o estado nasceu com 79 municípios, e com a promulgação da Constituição do Estado em outubro de 1989, foram criados mais 44 municípios (CAVALCANTE, 2003). A cidade de Miracema do Tocantins foi designada como capital provisória durante a construção de Palmas. Somente a partir de janeiro de 1990 é que a cidade de Palmas assumiu seu papel como capital do Estado.

Naquele momento de vitórias e realizações entendeu-se que, entre os desafios que Siqueira Campos teria pela frente, seria criar mecanismo para o desenvolvimento da economia da região e

resolver os problemas no extremo norte, na região conhecida como Bico do Papagaio, marcado pela violência em disputas por terra entre posseiros e grileiros (FOLHADE S. PAULO, 05/10/1987).

São fatos incontestáveis que esses conflitos da região norte foram os mais violentos da história recente do país. Pois, sabe-se que a Igreja e a Comissão Pastoral da Terra foram os principais atores a apoiar elutar pela posse da terra a favor dos pequenos produtores. No entanto, percebe-se que a luta de Siqueira Campos, em defesa aquela população continuava.

Assim, nos anos posteriores, a situação de intimidação e terror fundiária deu lugar ao fortalecimento do capital social por meio de sindicatos rurais e associações, cooperativas locais e pela implantação de políticas públicas pelo governo federal e estadual na região em estudo. Sem sombras de dúvidas, cabe registrar que a região do Bico do Papagaio teve um longo caminho a ser percorrido para chegar ao desenvolvimento econômico e socialmente justo.

Portanto, ao analisar as dificuldades encontradas em torno do processo histórico da criação do estado do Tocantins, é importante ressaltar que, quantitativamente e qualitativamente, as lutas travadas e os desafios superados foram numerosos.

Nessa conjuntura sabe-se que foram vários os representantes responsáveis por esta mudança radical na vida de milhares de homens e mulheres que sonhavam por dias melhores. Assim, observa-se que a autonomia do Tocantins foi celebrada através da sensibilidade de homens públicos, dentre eles, o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, chegando ao atual governador do Tocantins, o Senhor José Wilson Siqueira Campos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer da pesquisa identificou-se que os diferentes fatores socioculturais, econômicos e políticos contribuíram para que a população do norte goiano se organizasse em prol dos movimentos separatistas procriação do estado do Tocantins.

Ao analisarmos a literatura, percebemos que esta população foi sacrificada em razão de disputas políticas, administrativas e econômica na região, o que provocava um isolamento da mesma, em relação aos demais do centro-sul do Estado goiano.

A que leis o lamento concretizava-se na falta de vias de comunicação e, além disso, outras áreas eram afetadas pela ausência do poder público na região: faltavam escolas, hospitais, energia e claro, transportes.

Nessa realidade, percebe-se que os agentes políticos não demonstravam interesse de melhoria para aquela população, uma vez que comparecia na região apenas nas épocas das eleições, tal como ocorre atualmente.

Desse modo, pode-se observar que as justificativas em favor da criação do novo estado eram baseadas em quesitos autonomistas para benefícios da população nortista.

Ao fazer uma abordagem histórica do movimento separatista, percebe-se que a criação de um novo estado, o Tocantins, sempre encontrou fortes oposições, principalmente por parte dos políticos goianos que estavam ligados aos interesses das soberanias instaladas no centro sul de Goiás. Porém as lideranças do movimento percebiam que a única solução para definir os sentimentos de discriminação que a população sofreu, no decorrer dos anos, seria a criação e autonomia do seu próprio Estado.

Nestas perspectivas, a partir da década de 80, ao deparar-se com um período favorável às suas reivindicações, o movimento procurou se fortalecer, sobretudo, porque nesse período o país dava sinais de volta da democracia. Portanto, nesse ínterim, havia possibilidades das reivindicações da população nortista tornarem-se realidades.

Para tanto, o processo de criação e emancipação do Tocantins, conforme supracitado dependia dos interesses oligárquicos e da vontade das elites, o que só foi possível concretizarem-se, na Assembleia Nacional Constituinte em 1988. Essa autonomia do novo estado possibilitou o rompimento do isolamento que somente foi possível, com a integração e interesse da população e pelas políticas de ocupação do norte de Goiás.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Artigo 13. Disponível em: Acesso em: 01 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG. 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás**. Goiânia: UCG, 1999.

CAVALCANTE, M. D. ESP. S. R. **O movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988**. São Paulo: A Garibaldi, Editora da UCG; 1999. 95p.

CAVALCANTE, José Antônio. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de dezembro de 1985. Primeiro Caderno.

MARTINS, Herbert Toledo. **A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.

NOVAES, Washington. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de março de 1985. Primeiro Caderno.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Os Discursos Divisionistas e a criação de novos estados na Amazônia: impactos no arranjo federativo**. XXXV ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2248.pdf>. Acesso em 06 jan. 2011.

OLIVEIRA, Rosy. O Movimento Separatista do Tocantins e a Conorte: UNICAMP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. São Paulo: Autêntica, 2003. REVISTA CONORTE, n° 3 dezembro de 1988.

JORNAL O POPULAR, 01 de julho de 1984.

\_\_\_\_\_. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de março de 1985. Primeiro Caderno.

MENDONÇA, Ivan. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de abril de 1987. Primeiro Caderno.

\_\_\_\_\_. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de maio de 1986. Primeiro Caderno.

AMARAL, Ricardo. Jornal A Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 de junho de 1988. Primeiro Caderno.

CABRAL, Bernardo. Jornal A Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de outubro de 1987. Primeiro Caderno.

REVISTA CONORTE, n° 3 dezembro de 1988.